

SLC0631 – Psicologia da Educação 2

Prof. José Fernando Fontanari

Autor: Rodrigo Tavares Machado

O percurso escolar dos transgêneros no Brasil

O Brasil é o país que mais mata transgêneros no mundo. Essa transfobia explícita se apresenta de maneira estrutural na sociedade brasileira e muitas vezes está institucionalizada em órgãos governamentais, hospitais, universidades e, principalmente, escolas. Desta forma, deve estar sob a ótica da pedagogia e da psicologia da educação a dupla importância de se tratar o problema: a escola não somente deve cumprir seu papel libertador de maneira a auxiliar na redução da transfobia estruturada na sociedade, mas também deve ser objeto de melhora de maneira a ser uma ferramenta de inclusão dos transgêneros. Ao contrário de um recinto acolhedor, o ambiente escolar se mostra opressor para com os transgêneros, estimulando a saída da escola e eliminando quase que por completo o acesso destes à educação.

O que são transgêneros?

Quando um indivíduo é concebido, sua composição genética lhe atribui, salvo alguma alteração congênita, um aparelho genital feminino ou masculino. Em paralelo, tal indivíduo é imerso numa sociedade que possui um dicotômico cardápio de padrão de gênero a ser seguido, também identificado como feminino e masculino, e que ditam comportamento, gostos, desejos, aspirações e funções sociais para todos. Em geral, uma criança é, desde sempre, submetida ao padrão de gênero equivalente ao que ela foi designada em sua concepção. De acordo com a individualidade de cada pessoa, o gênero social com o qual ela se identifica pode ou não ser equivalente ao seu gênero biológico.

A transgeneridade acontece quando não há uma equivalência entre o gênero designado e o gênero com o qual a pessoa se identifica (ou sua identidade de gênero). Alguém é dito cisgênero quando sua identidade de gênero é equivalente ao seu sexo biológico. Em oposição, alguém é dito transgênero quando sua identidade de gênero difere do seu sexo biológico. É preciso observar algumas definições para não se cometerem enganos razoavelmente comuns relativos a questões de gênero e sexualidade, mais bem explicadas na figura abaixo:

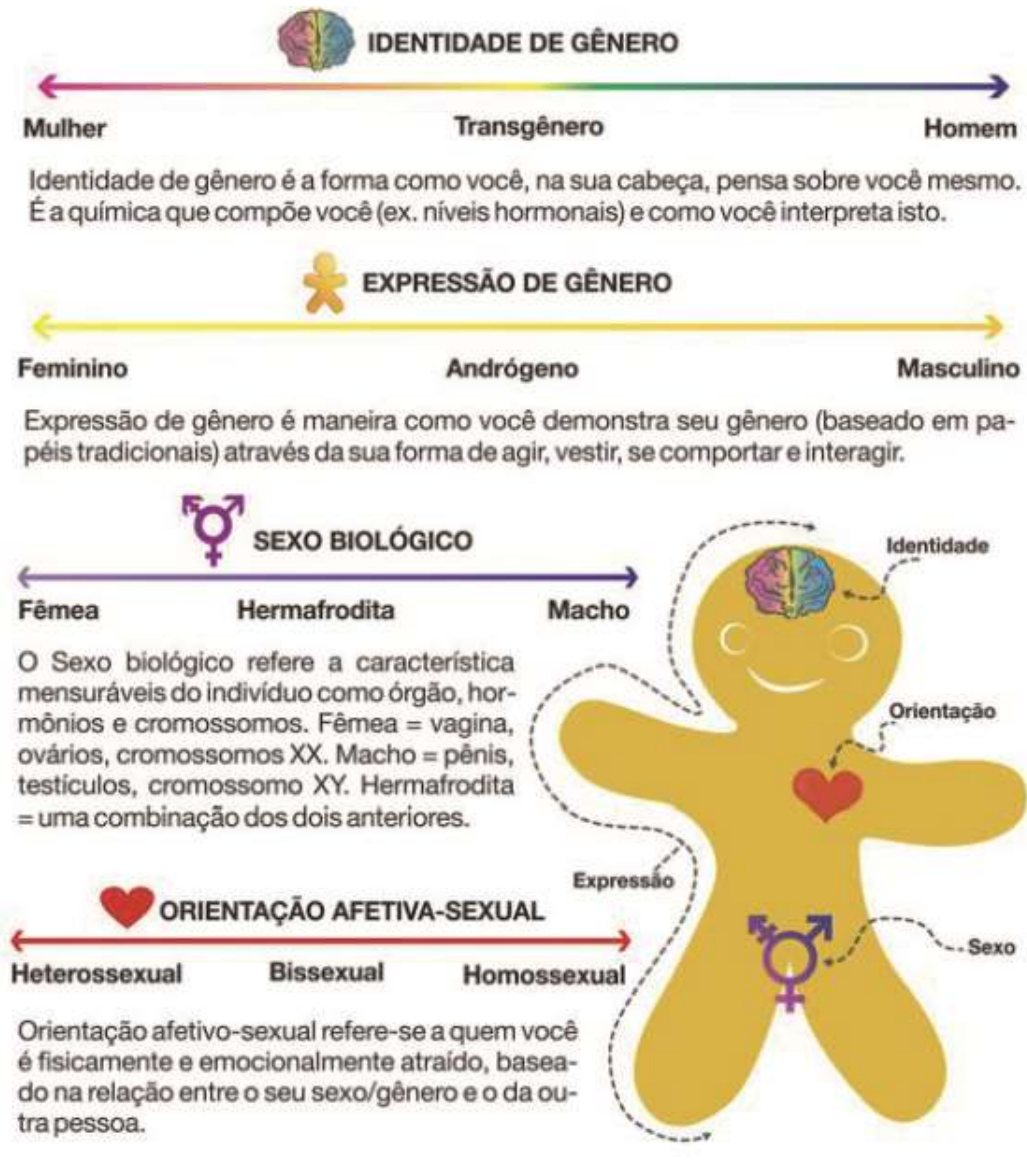


Figura 1: Definições de termos utilizados nos estudos de gênero e sexualidade (retirada de <http://comarte.upf.br/?p=5119>)

A figura deixa clara a diferença entre identidade de gênero e sexualidade, algo que precisa ser completamente compreendido. Um transgênero não é, obrigatoriamente, um homossexual. A expressão de gênero também se faz importante: uma mulher que prefere se vestir, falar ou se comportar como um homem geralmente faz não precisa ser transgênera. O único fator que define a identidade de gênero de uma pessoa é a maneira como ela se enxerga dentro de sua construção psicológica e o meio em que está inserida.

Dentro da própria questão da transgeneridade existem definições que, muitas vezes, carecem de consenso e variam muito de acordo com o meio socioeconômico em

questão. O transgênero é todo aquele que se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi biologicamente designado. O transexual é aquele que, sendo transgênero, se submeteu a uma cirurgia de transgenitalização (ou de redesignação sexual), na qual seu aparelho genital é readequado para o gênero ao qual se identifica. Travestis, *drag queens* e *crossdressers* são termos que, apesar de em geral utilizados para fins semelhantes, carregam estigmas sociais que os diferenciam, mas que não serão aprofundados aqui.

O CID10, Cadastro Internacional de Doenças, publicado anualmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que cataloga a maioria das patologias conhecidas pela ciência moderna, ainda considera a transexualidade como uma doença, sob o cadastro “F64 – Transexualismo”. As críticas a essa opção da OMS se baseiam no fato de que considerar a transgeneridade como uma patologia não só por conta da estigmatização social gerada, mas também porque essa classificação abre brechas para a exclusão social em países com legislação pouco protetoras às minorias.

Os problemas enfrentados pelos transgêneros

A transfobia profundamente estabelecida na sociedade brasileira, por si só, já basta para explicar a dificuldade por que pessoas com essa identificação passam para alcançar sua condição de dignidade humana. Ela pode ser observada no cotidiano, seja pela violência, pelo escárnio ou pela invisibilidade aos quais a população transgênera é submetida. Contudo, ela também pode ser esmiuçada por estatísticas.

Segundo relatório da ONG internacional Transgender Europe, o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. Entre 2008 e 2015, quase 650 trans foram assassinados nesse país, quatro vezes mais que no México, segundo colocado da lista.

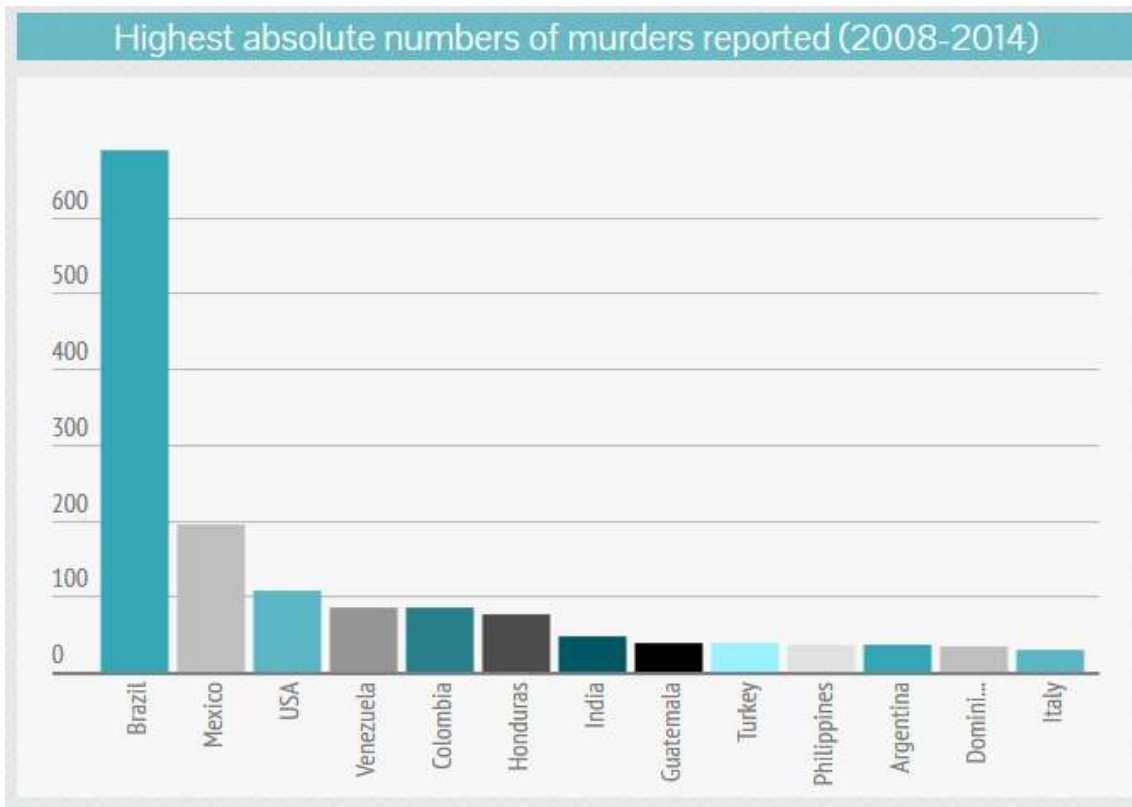


Figura 2: Número de assassinatos da população trans, por países (retirada de <http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>)

Outro recorte preocupante do relatório da Transgender Europe é a idade das vítimas consideradas. Quase metade das pessoas trans mortas nesse período tinham entre 20-29 anos, e 12% delas tinham menos de 20 anos. Os dados mostram que os transgêneros assassinados são, em grande maioria, muito jovens, o que pode ser explicado por outro dado preocupante fornecido pelo sociólogo Pedro Sammarco: enquanto a expectativa de vida média do brasileiro é de 74 anos, para a população trans é de apenas 35 anos, seja por conta da violência direta, seja por conta das condições de vida que encontram decorrentes da exclusão social.

Faixa etária	% de vítimas
8-20	12
20-29	44
30-39	29
40-49	11
50-59	3
60-69	1

O percurso escolar dos transgêneros no Brasil

A Transgender Europe alerta também que, como é característica de crimes de ódio, a forma como a morte se dá é quase sempre brutal, como pode ser analisado pela tabela abaixo:

Causa da morte	nº de vítimas
alvejado	628
esfaqueado	330
espancado	183
estrangulado	67
apedrejado	46
desmembrado	34
outro	129

A violência física, contudo, não é a única ameaça à população trans. O acesso ao mercado de trabalho é muito limitado por conta do preconceito. Isso faz com que a maioria esmagadora dessa população se volte a um mercado nada regulamentado e que se mostra insalubre e violento para ela: a prostituição. A ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, estima que, no Brasil, 90% dos transgêneros dependam da prostituição para sobreviver.

Um relatório sobre igualdade de gênero elaborado pelo o National Center for Transgender Equality (NCTE), uma ONG dos EUA, traz outros fatos alarmantes: a população trans afro-americana carrega uma carga muito maior de discriminação do que qualquer outro recorte racial; a população trans vive em extrema pobreza, sendo quatro vezes mais vulnerável a ela; e a taxa de tentativa de suicídios na amostra considerada chegou a incríveis 41%, contra 1,6% da população em geral.

A falta de apoio governamental para a população trans é outro problema a ser levado em conta. Não existem dados nacionais sobre o tratamento dispensado à população trans em estabelecimentos governamentais. Porém, o relatório da NCTE trata também sobre como os transgêneros são recebidos em diversos locais públicos do país. A tabela abaixo mostra o percentual da amostra que afirmou já ter sido fisicamente agredida, assediada, desrespeitada ou teve tratamento igualitário negado em determinado estabelecimento:

O percurso escolar dos transgêneros no Brasil

Experiences of Discrimination and Violence in Public Accommodations

Location	Denied Equal Treatment	Harassed or Disrespected	Physically Assaulted
Retail Store	32%	37%	3%
Police Officer	20%	29%	6%
Doctor's Office or Hospital	24%	25%	2%
Hotel or Restaurant	19%	25%	2%
Government Agency/Official	22%	22%	1%
Bus, Train, or Taxi	9%	22%	4%
Emergency Room	13%	16%	1%
Airplane or Airport Staff/TSA	11%	17%	1%
Judge or Court Official	12%	12%	1%
Mental Health Clinic	11%	12%	1%
Legal Services Clinic	8%	6%	1%
Ambulance or EMT	5%	7%	1%
Domestic Violence Shelter/Program	6%	4%	1%
Rape Crisis Center	5%	4%	1%
Drug Treatment Program	3%	4%	1%

Este mesmo relatório traz luz a outro sério problema enfrentado pelos transexuais: a aceitação familiar. Não raro, a situação familiar do indivíduo transexual é afetada por conta do preconceito. No relatório do NCTE, apenas 43% dos entrevistados alegaram manter laços familiares com seus entes após o processo de revelação da transexualidade. O gráfico abaixo indica a diferença entre os grupos que foram aceitos e rejeitados pelas respectivas famílias:

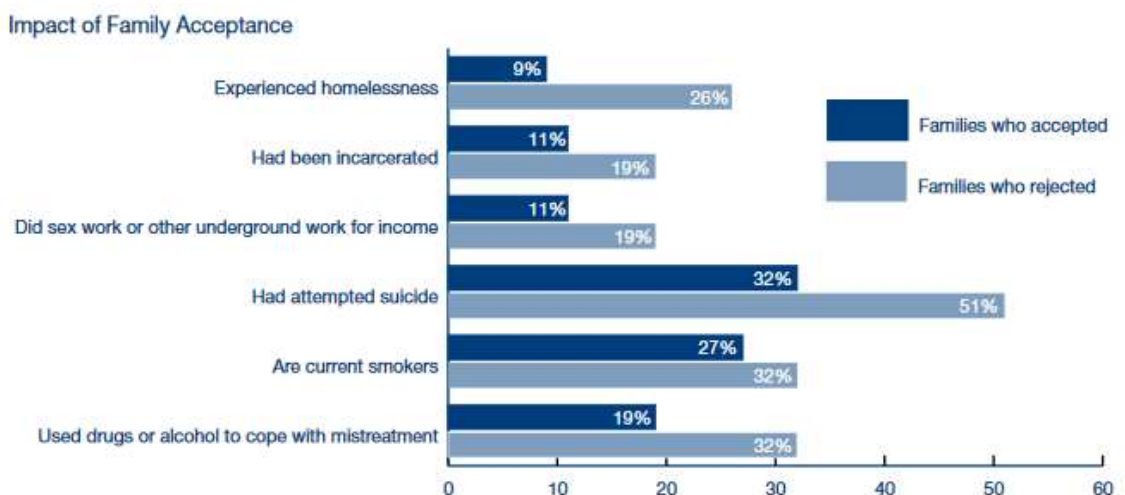


Figura 3: Impacto da aceitação familiar (retirada do relatório da NCTE)

Por fim, o relatório da NCTE trata também do objeto de estudo desse texto: a questão trans dentro das escolas. Segundo o estudo, mais de três quartos da população trans sofre assédio dentro dos muros da escola, e 12% dela já foi sexualmente atacada

ali. Para 15% da amostra analisada, a pressão foi tão grande que acabaram abandonando os estudos em algum momento da vida.

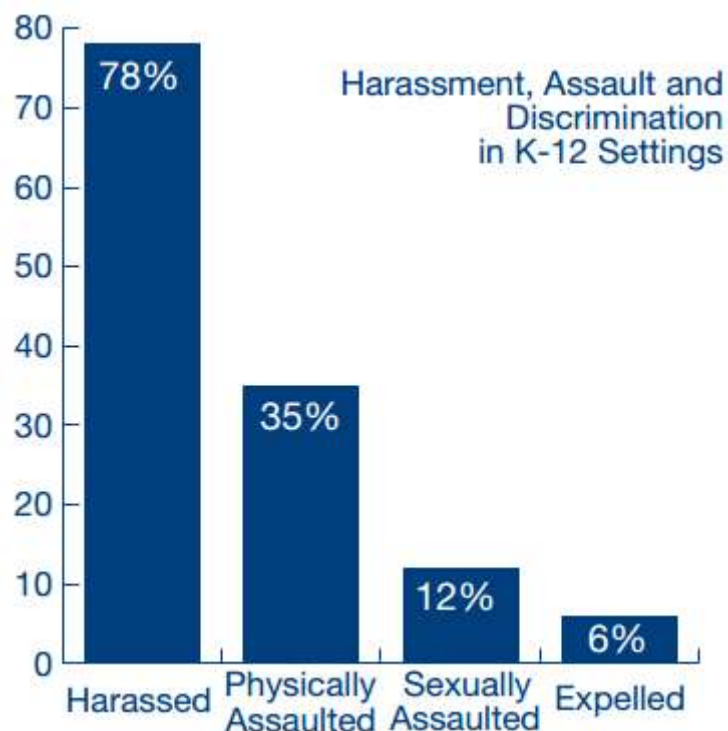


Figura 4: Discriminação e assédio nas escolas norte-americanas (retirada do relatório da NCTE)

O transgênero nas escolas brasileiras

Em *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*, Berenice Bento define o heteroterrorismo, que se trata do terrorismo constante a que são subjugados os indivíduos de sexualidade e identidade de gênero não tradicionais por conta das reiterações de gênero e heterossexualidade, seja na repreensão por conta de um trejeito, o tom da voz, o brinquedo preferido ou de um comportamento específico. Bento acusa ainda a escola de ser um espaço reprodutor do heteroterrorismo iniciado no seio familiar. O ambiente escolar, assim, se torna tão opressor que o indivíduo transgênero se sente expulso daquele meio social, o que culmina em abandono escolar.

Segundo Bento, os indivíduos LGBT são submetidos a isolamento social, zombaria e agressões por parte de seus colegas. Os relatos de preconceito apresentados em seu artigo incluem apelidos, perseguições, agressões e casos de depressão profunda. Os relatos, quando vindo de professores, não eram acompanhados de histórias sobre discussões em sala e medidas visando a mitigar tais problemas, o que mostra relutância do corpo docente em alterar uma situação que lhes parece inevitável. Bento termina por ressaltar a necessidade de se diferenciar,

estatisticamente, a evasão escolar causada por motivos outros (como necessidade de trabalhar para ajudar a família) e aquela causada pela dificuldade de se concentrar nas aulas e de conviver em um ambiente opressor quando se é LGBT, dados que até hoje não são feitos em recortes no Brasil.

Dada essa inexistência de recortes de gênero e sexualidade nas estatísticas de evasão escolar, é desafiador analisar com seriedade a questão da evasão trans decorrentes do preconceito. Contudo, associações regionais de defesa da população LGBT e promotores de justiça apresentam dados locais com espaço amostral reduzido que mostram uma realidade preocupante: com pequenas variações, de 70% a 85% da população trans já abandonou a escola pelo menos uma vez na vida.

Como dito acima, o bullying e a perseguição feita por colegas da escola tem participação importante no estabelecimento da opressão do ambiente escolar. Em *Travestis, escolas e processos de subjetivação*, William Siqueira Peres traz relatos de travestis e transexuais já adultas sobre seu período escolar e o preconceito que sofreram. Um dos mais contundentes é o de Luciana, travesti gaúcha de 23 anos: *“Da escola, eu lembro das torturas. Torturas que estavam presentes nos olhares e risos que iam desde a servente e a merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala e de recreio. Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo, que me falava grosserias: ‘seu viado, vê se cria jeito de homem, seu safado, quando a gente te pegar você vai ver só, você vai aprender a virar homem, vai aprender a parar de ficar com essa mãozinha se requebrando’.* Quando eu via aquele guri eu entrava em pânico e pensava: *meu Deus, lá vem aquele Hitler de novo? Enquanto ficava nas ameaças eu aguentava, mas o pior foi quando ao sair da escola, eu levei uma chuva de pedradas que me machucaram muito e tive que fazer vários curativos. Mesmo assim eu ainda aguentei muito até terminar a oitava série. Depois disso, nunca mais quis saber de escola”.* A violência não se limita a apenas verbalização ou agressões físicas, como visto no relato do trans Xande, exposto no documentário *Eu Sou Homem*, de Márcia Cabral: *“Tive um fato na minha vida que me marcou muito. Eu tinha quatro amigos na escola e assim... a gente sempre tava jogando bola na quadra da escola, tudo, e eu usava o banheiro masculino. E um dia quando eu entrei no banheiro masculino, não sei se os caras tinham bebido ou usado algum tipo de droga, e eles tiveram uma reação complicada comigo e eu acabei sendo estuprado pelos quatro. [...] Hoje, depois dos trinta anos eu contei para alguém. Eu acho ainda complicado voltar para a escola, eu sei que eu tenho que terminar meus estudos, mas eu não consigo entrar numa escola, eu me sinto em um lugar que eu não tenho saída, quando eu estou dentro de uma escola”.*

Apesar do heteroterrorismo implementado pelos colegas de mesma idade às pessoas trans, não se pode desconsiderar o despreparo das instituições escolares para lidar com a questão. Peres traz um relato de Suelen, travesti negra de 29 anos que foi perguntada sobre suas lembranças do período escolar: *“Ah! Querido! Você quer saber sobre a escola? Que escola você quer saber, da escola da vida? É, porque travesti mesmo aprende na escola da vida! Imagina só, mas eu tentei e foi muito viu? Não pensa que não insisti em ficar na escola, eu até que insisti por causa da minha mãe! Por mim eu não ia na escola porque foi muito difícil aguentar a discriminação. Estudei até a oitava série, mas para chegar lá eu passei por onze escolas. Todo ano eu tinha que mudar porque a diretora falava que não tinha vaga. Era desculpa né? Tudo bem que eu não sou santa, mas era puro preconceito. Até a quinta série foi tudo bem porque eu era gayzinho, né? Assim, eu era bem afeminado, tinha trejeitos mesmo, mas ficava calada, era educada, tirava nota boa! Na quinta série eu já tava com uns onze anos e arrumei um namoradinho na escola e a gente ficava de mão dada. Foi um mês e a diretora mandou a minha mãe me internar, mas minha mãe preferiu me transferir de escola. Aí, na outra escola eu senti vontade de passar batom, peguei da minha mãe e levei comigo e no recreio ia no banheiro e voltava de batom! Um escândalo! A professora da minha sala falou que eu estava com encosto, sabe?, que eu tava tomada pelo demônio e que minha mãe tinha que me levar na igreja. Mas minha mãe era desencanada e me transferia de escola, foi um monte de vezes, nem lembro tudo! Agora, quando a Suelen nasceu de dentro de mim, ela veio forte e decidida! Foi um fuá, meu bem! Era mais forte do que eu e as pessoas se assustavam comigo e me agrediam, sabe? Aí eu agredia também, né? Aí eu decidi que escola não era para mim e que eu tinha que cuidar da minha vida!”*. Esse relato demonstra duas falhas no processo pedagógico de Suelen: a desinformação quanto a questão de gênero (na figura da diretora que sugere internação) e a falta de laicidade da educação (na figura da professora que sugeriu exorcismo), falhas estas que sem dúvidas contribuíram para o conseqüente abandono dos estudos por parte de Suelen.

Outro relato trazido por Peres demonstra ainda mais desconhecimento sobre a transgeneridade, ilustrado por uma professora que sugere que a travesti Bruna, hoje com 33 anos, possuía uma doença contagiosa: *“[...] ah na escola a gente ouvia piadinhas, mas eu não sou muito de aguentar piadas e já pergunto: o que que é, hem? O que tá acontecendo? Já dou um show e assim a gente vive, né? Às vezes a gente tem que baixar o nível porque as chacotas são exageradas. O pior é que muitas das vezes as piadinhas são feitas pelos próprios professores que incentivam os guris a abusarem da situação. Imagina que uma professora que eu tive na quinta série chegou a falar em sala de aula que eu tinha uma doença muito grave e que as pessoas que*

ficavam perto de mim poderiam virar travesti. Depois disso minha vida virou um inferno e tive que abandonar a escola. Até hoje, que tenho 32 anos, às vezes penso em voltar a estudar, mas agora já foi o tempo, né? Agora só me resta rezar pela proteção divina porque das pessoas a gente não pode esperar muito não”.

Com os relatos apresentados e os dados indicados na seção anterior para a população trans em geral, torna-se evidente que o indivíduo trans não evade o ambiente escolar, mas é expulso dele de maneira agressiva e irascível. Sem educação formal e vítima de uma sociedade transfóbica, ele dificilmente encontra saída outra que não a prostituição, o que o arrasta a uma vida sem garantias previdenciárias, trabalhistas e de segurança pessoal, de maneira a se tornar, futuramente, mais um número frio numa estatística de assassinato. Sabendo o potencial transformador que a educação pode representar, é mister tentar fazer com que o ambiente escolar se torne receptivo e plural, tanto para garantir a permanência do estudante transexual de maneira digna e humana como para mitigar a transfobia estrutural através do ensino da diversidade para todos, sejam estudantes LGBT ou não-LGBT. O Brasil vem experimentando recentemente tímidos avanços nesse sentido, avanços estes comprometidos pela reação conservadora.

Medidas de inclusão e diversificação nas escolas

Das duas formas apresentadas acima de se observar a escola como ambiente de transformação social para a população trans, uma delas ainda é muito latente no Brasil: o papel reformador da escola na eliminação da transfobia da sociedade. Para tanto, faz-se necessário a reeducação de professores, estabelecimento de políticas de conscientização, criação de grupos escolares de discussão sobre questões de gênero, entre outros. Hoje, são poucas as medidas institucionais que visam a debater o problema e aumentar a diversidade na escola, e elas são quase sempre atitudes pontuais de professores progressistas que muitas vezes sofrem sanções por suas atitudes.





Criado em 2004 pelo Ministério da Educação durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, o programa Escola Sem Homofobia tinha como objetivo medidas a serem aplicadas nas escolas para reduzir não apenas a homofobia, mas todo tipo de preconceito relacionado à população LGBT. Contudo, em 2011, após a produção de cartilhas, vídeos e músicas que apresentavam a questão LGBT e propunham debates em formas lúdicas e simplificadas, grupos de deputados conservadores associados a interesses religiosos (que apelidaram pejorativamente o material de Kit Gay) pressionaram a então presidenta Dilma Rousseff, de tal maneira que esta vetou a distribuição do material nas escolas brasileiras.

Consequência direta do avanço conservador que acometeu o governo federal da presidenta Dilma Rousseff, tem se tornado cada vez mais comum o veto ao debate em escolas sobre “ideologia de gênero”, termo usado muitas vezes de maneira pejorativa por vereadores e mandatários conservadores para se referir a temas LGBT como um todo. Dos 13 estados que até junho de 2015 haviam aprovado seu Plano Estadual de Educação, 8 deles (Acre, Tocantins, Distrito Federal, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul) vetaram as referências à ideologia de gênero em seu conteúdo. De maneira ainda mais agressiva, alguns municípios promulgaram leis ou decretos que proíbem os professores, sob pena de punição, a debater ou mencionar sexualidade e identidade de gênero em sala. Campo Grande (MS), Palmas (TO) e Niterói (RJ) são algumas das cidades amordaçadas por essas leis.




PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO

Maioria dos Estados ainda não aprovou documento

Situação dos Planos Estaduais de Educação

-  Não chegou à Assembleia
-  Em tramitação
-  Aprovado, aguarda sanção
-  Aprovado e sancionado

Referências a “gênero” entre planos aprovados

-  Vetaram referências
-  Mantiveram referências
-  Não menciona

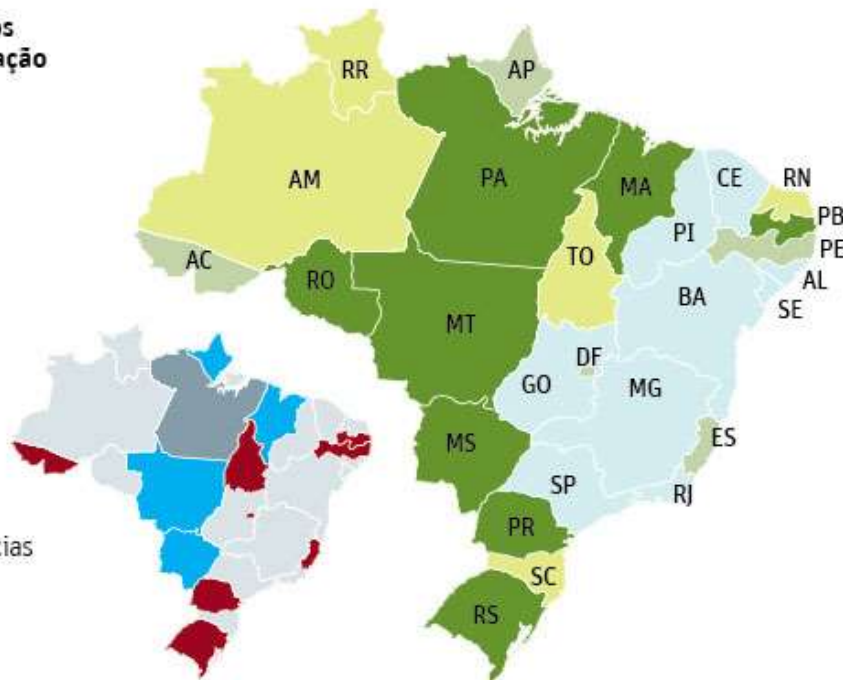


Figura 5: Estado da tramitação até junho/2015 dos Planos Estaduais de Educação e respectivos posicionamentos quanto à “ideologia de gênero” (retirada de Folha de São Paulo - <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>)

Tão ou mais preocupante que o avanço conservador nas esferas municipais e estaduais é a federalização do debate decorrida do Programa Escola Sem Partido, proposta de lei que visa a remover o debate político das salas de aula sob a argumentação de que o professor não deve expor nenhum tipo de ideologia ou corrente política em sala de aula. Essa roupagem apartidária se desnuda em uma proposta

extremamente preconceituoso quando se analisa o anteprojeto de lei exposto no site do Programa Escola Sem Partido. Já no artigo terceiro, o idealizador do texto deixa claro seu ataque à diversidade sexual e de gênero (além de deixar claro seu desconhecimento científico sobre gênero e sexualidade): “*O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.*”

Se a tentativa de fazer a escola funcionar como uma abaladora do preconceito estrutural contra a população trans tem sido derrotada, alguns avanços têm se estabelecido na abordagem que procura manter o indivíduo trans dentro da escola, diminuindo, mesmo que timidamente, as opressões exercidas pela instituição. Embora tais medidas também estejam sob constante ataque do conservadorismo e encontrem dificuldades de implementação, elas têm se mantido como uma esperança na evolução pedagógica do transgênero.

Uma das grandes fontes de preconceito e gatilho da chacota no ambiente escolar é a utilização, por parte da instituição, do nome civil do transgênero. O nome civil, aquele que consta nos documentos oficiais emitidos pelo Estado, possui um gênero que destoa da identidade de gênero da pessoa trans, de maneira que esta busca adotar um nome que a faça fugir deste constrangimento e a deixe confortável, o chamado nome social. Daniela Barros Torres e Luciana Fontes Vieira, em seu artigo *As Travestis na escola: entre nós e estratégias de resistência*, apresentam alguns relatos sobre os transtornos causados pela utilização do nome civil em vez do nome social. Em entrevista com Bárbara e Jeane, duas travestis, ocorreu o seguinte diálogo com a pesquisadora:

Jeane: “porque que você vai estar sentada numa cadeira, um monte de aluno do seu lado...”

Bárbara complementa: “Ainda chamando José Fulano de Tal... Aí a bicha, tô aqui... vê que coisa horrível”.

Jeane: “Essa é a pior situação, porque chega toda maquiada, vestida de mulher...”.

Pesquisadora: “Aí, nesse momento, surge alguma piada?”

Jeane: “Aí é que surge!”

Bárbara ainda adicionou ao seu relato: *Dentro da sala de aula, o nervosismo de tanto estar chamando a gente pelo nome, não pelo número, porque a gente não quer estar sendo chamado pelo nome de registro, então eu preferi desistir. Até hoje. Tem até um curso, que mandaram eu me inscrever, eu digo: Deus que me livre, pra eu entrar naquela escola? Não minha filha, vou não, deixa eu ficar analfabeta.* Fica assim visível

que a utilização do nome civil é um empecilho na socialização e aceitação do indivíduo trans na comunidade escolar.

Para mitigar esse problema, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), órgão pertencente à Secretaria dos Direitos Humanos, promulgou a Resolução 12 de 16 de janeiro de 2015, que, dentre outras políticas, estabelece o uso do nome social nas instituições de ensino. Dessa forma, todo estudante que desejar deve ser tratado, oralmente e por escrito. Contudo, esta resolução possui caráter recomendatório e não tem força de lei, de maneira que não há punição ou sanção esclarecida para a instituição, diretor ou professor que decidir descumpri-la.

Outra dificuldade constante no dia-a-dia dos transgêneros é a questão dos banheiros. A pessoa trans, muitas vezes, sofre repressões ao utilizar banheiros públicos, por conta da divisão de gêneros do banheiro e da intolerância enfrentada ali dentro: se entrar no banheiro de seu gênero biológico, é interpretado como um homossexual que está ali para espionar outras pessoas; se utilizar o banheiro do gênero com que se identifica, é apenas um pervertido que se veste daquele gênero para espionar outras pessoas. O relato de Bárbara é bem esclarecedor nesse sentido: *“Porque eu já fui expulsa do banheiro masculino. Já... de pé a pé, não quiseram saber não. Disseram que se eu quisesse urinar, eu fosse no banheiro feminino, porque lá não era meu lugar não. Tento voltar (para a escola), mas quando eu penso a barbaridade que a gente passa, ter que estar entrando em banheiro masculino, eles botam a gente pra fora, porque pensam que a gente vai estar se enxerindo pra eles, não vai fazer nossas necessidades”*. Com medo da violência física ou do assédio moral, não são raros os relatos de alunos trans que utilizam banheiros dos funcionários para evitar tais constrangimentos, ou, quando isso não é possível, acabam por não fazer suas necessidades biológicas na escola, o que acarreta em severas complicações no trato urinário e fecal.

A supracitada Resolução 12 do CNCD/LGBT declara em seu artigo 6º: *“Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”*. Para tanto, é mister que a escola garanta o conforto e a segurança do estudante, impedindo a ocorrência de qualquer tipo de assédio, mormente aquele explicitado acima pelo aluno Xande.

Ademais das recomendações expressas acima, a Resolução 12 do CNCD/LGBT ainda enfatiza o direito do estudante de utilizar uniforme e qualquer tipo de indumentária, quando se aplicar, referente ao gênero ao qual se identifica. O artigo 8º do documento dá um passo importante no reconhecimento da transgeneridade: *“A garantia do*

reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável”. Assim, o estudante tem a liberdade individual de se autoafirmar, sem depender de sua família, uma vez que muitas vezes não há aceitação por parte desta.

A realidade trans local

Algumas observações locais da cidade de São Carlos e do ambiente universitário da USP no que tange às questões trans:

- São Carlos é uma das oito cidades do estado de São Paulo que possui um conselho municipal voltado para criar políticas públicas para a população LGBT. Denominado Conselho Municipal da Diversidade Sexual, existe desde 2009 instituído pela Lei Municipal 15703/09 e é submetido à Prefeitura Municipal de São Carlos.

- São Carlos esteve recentemente no foco de vários movimentos LGBT por conta de um incidente na cidade. O jovem trans Bernardo Gonçalves sofreu agressões verbais e físicas de um casal na fila do banheiro de um pub. Além das ofensas, ele teve sua camiseta rasgada e seu peitoral exposto. Bernardo expôs o ataque em sua conta no Facebook e o caso ganhou notoriedade como mais uma lamentável agressão à população trans.

- O coletivo LGBT Nuances, pertencente ao Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira da Universidade de São Paulo em São Carlos, iniciou em agosto de 2016 um curso preparatório para o vestibular do ENEM voltado para pessoas trans. Com aulas preparadas e lecionadas por estudantes LGBT da USP de São Carlos, o cursinho TransForma é gratuito e realiza acompanhamento individual dos alunos, respeitando suas individualidades e dificuldades decorrentes de possíveis percalços em seu percurso escolar.

- Dentre as dificuldades relatadas pelos organizadores do TransForma destaca-se a dificuldade de contatar e atrair a população trans de São Carlos, uma vez que muitas pessoas estão envolvidas com a prostituição num regime submisso em relação a um aliciador, o qual impede o acesso a essas pessoas, muitas vezes de forma violenta.

- As escolas municipais de São Carlos já utilizam o nome social do estudante quando este requer. No entanto, foram relatados alguns problemas de execução da Resolução 12 do CNCD/LGBT. O nome social dos alunos, nas listas, é impresso à frente do nome civil, que continua sendo exibido. Dessa forma, professores recém-chegados à rede de ensino e desconhecem a Resolução 12 ou professores

conservadores continuam chamando seus alunos pelo nome civil. Além disso, listas pregadas em murais continuam expondo o nome civil do estudante.

- Até onde se conseguiu apurar, a USP São Carlos não oferece nenhum serviço de acompanhamento psicológico diferenciado para estudantes trans. Tampouco se encontrou nenhuma resolução da USP reafirmando a Resolução 12 do CNCD/LGBT na questão dos banheiros.

- A solicitação para alteração do nome nos registros da USP São Carlos, visando a adotar o nome social, deve ser feita junto do instituto ao qual o estudante pertence. Contudo, alguns institutos desconhecem os procedimentos ou até mesmo a Resolução 12 do CNCD/LGBT.

- Instituto de Química de São Carlos (IQSC): os funcionários do IQSC demonstraram não saber como alterar o nome nos registros universitários e declararam desconhecer qualquer resolução que sugira tal ação.

- Instituto de Física de São Carlos (IFSC): os funcionários demonstraram conhecer o procedimento de alteração e a Resolução 12 do CNCD/LGBT.

- Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC): os funcionários se mostraram dispostos a realizar a alteração, porém demonstraram desconhecer a Resolução 12 do CNCD/LGBT.

- Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU): idem ao ICMC.

- Escola de Engenharia de São Carlos (EESC): idem ao IFSC. Os funcionários acrescentaram que já houve estudante que fez uso desse direito.

Conclusões

Reforça-se a necessidade de a escola se apresentar como uma instituição de dupla função para a população trans: proporcionar um ambiente seguro, saudável e confortável para que os estudantes transgêneros possam receber educação de qualidade e assim possuir outras opções que não a prostituição e inculir a mentalidade da diversidade para desestruturas os preconceitos fundamentados na sociedade. Os dados aqui apresentados são um tanto quanto desalentadores quanto à velocidade e a estabilidade desse processo, e muitos indícios apontam para o fato de que as (poucas) conquistas obtidas até então pela população trans estão seriamente ameaçadas.

É inevitável verificar a importância do professor que, independentemente de políticas públicas de afirmação e inclusão e restrições que possam lhe ser impostas, possui papel revolucionário na formação cidadã de seus pupilos. Um professor

preconceituoso e transfóbico contribuirá para a manutenção do *status quo*. Um professor que não propõe debates e se preocupa apenas com o conteúdo curricular, por omissão, também contribui para esse cenário. Só um professor ativo, consciente e libertador será capaz de penetrar as várias camadas de preconceito cimentadas em seus alunos pela sociedade e poderá diminuir, mesmo que paulatinamente, o sofrimento de uma comunidade que nunca conseguiu efetivar sua plena condição humana.

Referências

TORRES, D.B.; VIEIRA, L.F., *As Travestis na escola: entre nós e estratégias de resistência*, 2015

CRUZ, E.F., *Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola*, 2008

VIEIRA, T.R.; NETO, F.C., *Direito à adequação do nome do transexual no ambiente escolar*, 2015

National Center for Gender Equality, *Injustice at every turn – A Report of the National Transgender Discrimination Survey*, 2011

MOREIRA, Y.F., *Saindo do armário e da escola: índices e causas de evasão de indivíduos não heterossexuais das instituições de ensino*, 2011

ARÁN, M.; Zaidhaft, S; Murta, D., *Transexualidade – Corpo, subjetividade e saúde coletiva*, 2008

ANTUNES, P.S., *Travestis envelhecem?*, 2011

PERES, W.S., *Travestis, escolas e processos de subjetivação*, 2010

BENTO, B., *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*, 2011